



RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO

Informações gerais da avaliação:

Protocolo: 202301052

Código MEC: 2174692

Código da Avaliação: 187172

Ato Regulatório: Reconhecimento de Curso

Categoria Módulo: Curso

Status: Finalizada

Instrumento: 302-Instrumento de avaliação de cursos de graduação - Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento (presencial)

Tipo de Avaliação: Avaliação de Regulação

Nome/Sigla da IES:

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA - IFPB

Endereço da IES:

56365 - CAMPUS GUARABIRA - Rua Rodovia 057, Km 002, s/n Rodovia Guarabira/Araçagi. Guarabira - PB.
CEP:58200-000

Curso(s) / Habilitação(ões) sendo avaliado(s):

SISTEMAS PARA INTERNET

Informações da comissão:

Nº de Avaliadores : 2

Data de Formação: 12/09/2023 11:03:35

Período de Visita: 23/10/2023 a 25/10/2023

Situação: Visita Concluída

Avaliadores "ad-hoc":

Marcos Ricardo Müller (05128318907) -> coordenador(a) da comissão

Kleber Rocha de Oliveira (17057320892)

Curso:

DOCENTES

Nome do Docente	Titulação	Regime Trabalho	Vínculo Empregatício	Tempo de vínculo ininterrupto do docente com o curso (em meses)
ANUSKA ALMEIDA NEPOMUCENO	Mestrado	Parcial	Outro	8 Mês(es)
Carlos André Cordeiro de Oliveira	Mestrado	Integral	Estatutário	34 Mês(es)
Clarissa Cecília Ferreira Alves	Mestrado	Integral	Estatutário	15 Mês(es)
ERICK AUGUSTO GOMES DE MELO	Mestrado	Integral	Estatutário	6 Mês(es)
GABRIELA GUEDES DE SOUZA	Doutorado	Integral	Estatutário	32 Mês(es)
GEORGE CANDEIA DE SOUSA MEDEIROS	Mestrado	Integral	Estatutário	21 Mês(es)
JOÃO RICARDO FREIRE DE MELO	Doutorado	Integral	Estatutário	40 Mês(es)
Jose De Sousa Barros	Mestrado	Integral	Estatutário	44 Mês(es)
Nádia Pinheiro Nóbrega	Mestrado	Integral	Estatutário	44 Mês(es)
Otacílio De Araújo Ramos Neto	Doutorado	Integral	Estatutário	44 Mês(es)
Rhavy Maia Guedes	Mestrado	Integral	Estatutário	44 Mês(es)
Rodrigo Rodrigues Malheiros	Doutorado	Integral	Estatutário	34 Mês(es)
TAYSA TAMARA VIANA MACHADO	Doutorado	Integral	Estatutário	3 Mês(es)

CATEGORIAS AVALIADAS

ANÁLISE PRELIMINAR

1. Informe o link para a pasta virtual da documentação da IES.2. Informar nome da mantenedora.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - IFPB - Pessoa Jurídica de Direito Público - Federal, CNPJ - 10.783.898/0001-75

Ministério da Educação e Cultura - MEC.

3. Informar o nome da IES.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB.

4. Informar a base legal da IES, seu endereço e atos legais.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (cód. e-Mec nº 1166), situado a Av. João da Mata, 256 – Jaguaribe - João Pessoa/PB - Cep: 58015-020, foi credenciado por meio da Portaria MEC nº 330, de 08/02/2019, publicada no DOU de 11/02/2019, pelo prazo de 8 (oito) anos.

5. Descrever o perfil e a missão da IES.

O IFPB tem como missão, referência básica e principal para orientação institucional, o preconizado no segundo o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI. 2015-2019, de 2015, que é: ofertar a educação profissional, tecnológica e humanística em todos os seus níveis e modalidades por meio do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, na perspectiva de contribuir na formação de cidadãos para atuarem no mundo do trabalho e na construção de uma sociedade inclusiva, justa, sustentável e democrática. (PDI -2015-p. 17 de 2015-2019).

Sendo assim, o IFPB tem como um dos componentes da sua função social o desenvolvimento pleno dos seus alunos, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho dentro do contexto da Educação Profissional e Tecnológica, ofertada com qualidade, preparando-os para serem agentes transformadores da sua realidade social.

Outros componentes da função social do IFPB são a geração, disseminação, transferência e aplicação de ciência e tecnologia visando ao desenvolvimento do estado a fim de que seja ambientalmente equilibrado, economicamente viável e socialmente justo, amplificando, assim, a sua contribuição para a melhoria e qualidade de vida de todos.

Além disso, acrescenta-se, através deste projeto, uma nova e importante vertente na sua função socioeconômica, que é a preparação de engenheiros para atender à demanda do nosso País.

A educação é entendida enquanto uma prática sócio-política realizada no âmbito das relações sócio-histórico-culturais promotora da formação de pessoas tecnicamente competentes, mais humanizadas, éticas, críticas e comprometidas com a qualidade de vida dos cidadãos. Preparar pessoas que pensem e reflitam sobre o mundo, visualizando o contexto social e assumindo o seu papel de protagonistas na emergência de uma sociedade nova.

Tomando por base os preceitos legais que estabelecem ser a instituição pública e gratuita, as ações educacionais do IFPB sustentam-se nos seguintes princípios:

- a) respeito às diferenças de qualquer natureza;
- b) inclusão, respeitando a pluralidade da sociedade humana;
- c) respeito à natureza e busca do equilíbrio ambiental, na perspectiva do desenvolvimento sustentável;
- d) gestão democrática, com participação da comunidade acadêmica nas decisões, garantindo representatividade, unidade e autonomia;
- e) diálogo no processo ensino-aprendizagem;
- f) humanização, formando cidadãos capazes de atuar e modificar a sociedade;
- g) valorização da tecnologia que acrescenta qualidade à vida humana;
- h) indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Os valores institucionais do IFPB estão pautados na:

- a) Ética – Requisito básico orientador das ações institucionais;
- b) Desenvolvimento Humano – Fomentar o desenvolvimento humano, buscando sua integração à sociedade por meio do exercício da cidadania, promovendo o seu bem-estar social;
- c) Inovação – Buscar soluções para as demandas apresentadas;
- d) Qualidade e Excelência – Promover a melhoria contínua dos serviços prestados;
- e) Transparência – Disponibilizar mecanismos de acompanhamento e de publicização das ações da gestão, aproximando a administração da comunidade;
- f) Respeito – Ter atenção com alunos, servidores e público em geral;
- g) Compromisso Social e Ambiental – Participa efetivamente das ações sociais e ambientais, cumprindo seu papel social de agente transformador da sociedade e promotor da sustentabilidade.

6. Verificar, a partir dos dados socioeconômicos e ambientais apresentados no PPC para subsidiar a justificativa apresentada pela IES para a existência do curso, se existe coerência com o contexto educacional, com as necessidades locais e com o perfil do egresso, conforme o PPC do curso.

As justificativas se apresentam em consonância com as demandas locais e regionais. De modo análogo, a capacitação tecnológica que o graduado carrega consigo se mostra em sintonia com as necessidades da sociedade e do mercado.

7. Redigir um breve histórico da IES em que conste: a criação; sua trajetória; as modalidades de oferta da IES; o número de polos (se for o caso); o número de polos que deseja ofertar (se for o caso); o número de docentes e discentes; a quantidade de cursos oferecidos na graduação e na pós-graduação; as áreas de atuação na extensão; e as áreas de pesquisa, se for o caso.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - IFPB tem mais de cem anos de existência. Ao longo de todo esse período, recebeu diferentes denominações: Escola de Aprendizizes Artífices da Paraíba - de 1909 a 1937; Liceu Industrial de João Pessoa de 1937 a 1961; Escola Industrial “Coriolano de Medeiros” ou Escola Industrial Federal da Paraíba - de 1961 a 1967; Escola Técnica Federal da Paraíba - de 1967 a 1999; Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba – de 1999 a 2008; e, finalmente, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, com a edição da Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008. Criado no ano de 1909, através de decreto presidencial de Nilo Peçanha, o seu perfil atendia a uma determinação contextual que vingava na época. Como Escola de Aprendizizes Artífices, seu primeiro nome, foi concebido para prover de mão de obra o modesto parque industrial brasileiro, que estava em fase de instalação. Àquela época, a escola absorvia os chamados “desvalidos da sorte”, pessoas desfavorecidas e até indigentes, que provocavam um aumento desordenado na população das cidades, notadamente com a expulsão de escravos das fazendas, que migravam para os centros urbanos. Tal fluxo migratório era mais um desdobramento social gerado pela abolição da escravatura, ocorrida em 1888, que desencadeava em sérios problemas de urbanização. O IFPB, no início de sua história, assemelhava-se a um centro correccional, pelo rigor de sua ordem e disciplina. O decreto do Presidente Nilo Peçanha criou uma Escola de Aprendizizes Artífices em cada capital dos estados da federação como solução reparadora da conjuntura socioeconômica que marcava o período, a fim de conter conflitos sociais e qualificar mão de obra barata, suprimindo o processo de industrialização incipiente que,

experimentando uma fase de implantação, viria a se intensificar a partir de 1930. A Escola de Artífices, que oferecia os cursos de Alfaiataria, Marcenaria, Serralheria, Encadernação e Sapataria, funcionou inicialmente no Quartel do Batalhão da Polícia Militar do Estado, transferindo-se depois para o edifício construído na Avenida João da Mata, onde funcionou até os primeiros anos da década de 1960. Finalmente, já como Escola Industrial, instalou-se no atual prédio localizado na Avenida Primeiro de Maio, bairro de Jaguaribe. Nesta fase, o domicílio tinha como único endereço a Capital do Estado da Paraíba. Ao final da década de 60, ocorreu a transformação para Escola Técnica Federal da Paraíba e, no ano de 1995, a Instituição interiorizou suas atividades, com a instalação da Unidade de Ensino Descentralizada de Cajazeiras – UNED-CJ. Transformado em 1999 no Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba, a Instituição experimentou um fértil processo de crescimento e expansão de suas atividades, passando a contar, além de sua Unidade Sede, com o Núcleo de Extensão e Educação Profissional - NEEP, na Rua das Trincheiras. Foi nesta fase, a partir do ano de 1999, que o atual Instituto Federal da Paraíba começou o processo de diversificação de suas atividades, oferecendo à sociedade todos os níveis de educação, desde a educação básica à educação superior (cursos de graduação na área tecnológica), intensificando também as atividades de pesquisa e extensão. A partir de então, foram implantados cursos de graduação nas áreas de Telemática, Design de Interiores, Telecomunicações, Construção de Edifícios, Desenvolvimento de Softwares, Redes de Computadores, Automação Industrial, Geoprocessamento, Gestão Ambiental, Negócios Imobiliários e Licenciatura em Química.

Esse processo experimentou grande desenvolvimento com a criação dos Cursos de Bacharelado na área de Administração e em Engenharia Elétrica e a realização de cursos de pós-graduação em parceria com Faculdades e Universidades locais e regionais, a partir de modelos pedagógicos construídos em consonância com as disposições da Constituição Federal e Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei 9.394/1996) e legislações delas decorrentes.

Ainda como Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba, ocorreu em 2007, a implantação da Unidade de Ensino Descentralizada de Campina Grande – UNED-CG – e a criação do Núcleo de Ensino de Pesca, no Município de Cabedelo. Com o advento da Lei 11.892/2008, o Instituto se consolidou como uma Instituição de referência da Educação Profissional na Paraíba tendo em vista que, além dos cursos usualmente chamados de regulares, desenvolve também um amplo trabalho de oferta de cursos de formação inicial e continuada e cursos de extensão, de curta e média duração, atendendo a uma expressiva parcela da população, a quem são destinados também cursos técnicos básicos, programas e treinamentos de qualificação, profissionalização com o objetivo de melhorar as habilidades de competência técnica no exercício da profissão.

O Instituto, em consonância com seus objetivos e finalidades previstos na nova Lei, desenvolve estudos com vistas a oferecer programas de capacitação para formação, habilitação e aperfeiçoamento de docentes da rede pública. Também atua fortemente na Educação de Jovens e Adultos, tendo no PROEJA, FIC, CERTIFIC e Projetos Mulheres Mil, o cumprimento da sua responsabilidade social. Visando à ampliação de suas fronteiras de atuação, o Instituto desenvolve ações para atuar com competência na modalidade de Educação a Distância (EaD) e tem investido fortemente na capacitação dos seus professores e técnicos administrativos, no desenvolvimento de atividades de pós-graduação lato sensu, stricto sensu e de pesquisa aplicada, preparando as bases para a oferta de pós-graduação nestes níveis, horizonte aberto com a nova Lei. Até o ano de 2013, contemplado com o Plano de Expansão da Educacional Profissional, Fase III, do Governo Federal, o Instituto contava, no Estado da Paraíba, com 10 (dez) Campi e a Reitoria, quais sejam: João Pessoa e Cabedelo, no litoral; Campina Grande e Guarabira, no brejo e agreste; Picuí, no Seridó Ocidental; Monteiro, no Cariri; Princesa Isabel, Patos, Cajazeiras e Sousa (Escola Agrotécnica, que se incorporou ao antigo CEFET, proporcionando a criação do Instituto), na região do sertão. A Educação Profissional Técnica Integrada ao Ensino Médio é oferecida para estudantes que tenham concluído o Ensino Fundamental. A organização dos cursos conduz o aluno a uma habilitação profissional técnica de nível médio, e lhe dará o direito à continuidade de estudos na educação superior. A Educação Profissional ofertada para a Educação de Jovens e Adultos, respeitando suas especificidades definidas no Decreto no 5.840, de 13 de julho de 2006, é ofertada com as mesmas características do Ensino Técnico Integrado estabelecidas no Decreto No 5.154, de 23 de julho de 2004. Nesse sentido, o atendimento a essa clientela pressupõe ações voltadas para o seu projeto de vida e para as necessidades urgentes de (re)inserção e de (re)qualificação, visando à complementação da renda familiar ou ao provimento de seu sustento. Dessa forma, o ensino aponta para um projeto capaz de vislumbrar o trabalho como princípio educativo. Assim, estaremos, enquanto instituição de ensino, resgatando a nossa função social e promovendo dignidade e cidadania. Atualmente, o IFPB oferta esta modalidade de ensino contemplando os cursos: Técnico Integrado em Eventos, em João Pessoa; Operação de Microcomputadores, em Campina Grande Desenho de Construção Civil, em Cajazeiras, e Agroindústria, em Sousa. A oferta dos Cursos de Licenciatura visa atender à Lei 11.892/2008 e foi criada com o objetivo de minimizar a falta de profissionais de educação para o exercício da docência nas Escolas de Educação Básica. As Licenciaturas, cujo objetivo é a habilitação de profissionais de diversas áreas do conhecimento para atuar no magistério, são ofertadas àqueles que possuem diploma de Ensino Médio.

8. Informar o nome do curso (se for CST, observar a Portaria Normativa nº 12/2006).

Sistemas para Internet.

9. Indicar a modalidade de oferta.

Presencial.

10. Informar o endereço de funcionamento do curso.

Rua Rodovia 057, Km 002, s/n Rodovia Guarabira/Araçagi. Guarabira - PB. CEP:58200-000.

11. Relatar o processo de construção/implantação/consolidação do PPC.

O projeto pedagógico foi elaborado pela Comissão Incumbida de elaborar as propostas do Projeto Pedagógico de Curso, para criação do Curso Tecnologia em Sistemas para Internet (Portaria 59/2018-DG), Modalidade Superior, de unidades acadêmico-administrativas do IFPB - Campus Guarabira, como a Diretoria Geral e de Desenvolvimento de Ensino, o Departamento de Ensino Superior e o Departamento de Articulação Pedagógica, dentre outras, sob orientação da Diretoria de Ensino Superior do IFPB.

12. Verificar o cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso (caso existam).

Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia. 3ª Edição. 2016.

13. Identificar as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica para cursos de licenciatura.

NSA.

14. Verificar as especificidades do Despacho Saneador e o cumprimento das recomendações, em caso de Despacho Saneador parcialmente satisfatório.

NSA.

15. Informar os Protocolos de Compromisso, Termos de Saneamento de Deficiência (TSD), Medidas Cautelares e Termo de Supervisão e observância de diligências e seu cumprimento, se houver.

NSA.

16. Informar o turno de funcionamento do curso.

Turno funcionamento: diurno (com aulas preferencialmente no período vespertino).

17. Informar a carga horária total do curso em horas e em hora/aula.

Carga horária mínima para integralização do curso: 2.561 horas/relogio.

18. Informar o tempo mínimo e o máximo para integralização.

Tempo mínimo para integralização do curso: 6 semestres letivos;

Tempo máximo para integralização do curso: 12 semestres letivos;

19. Identificar o perfil do(a) coordenador(a) do curso (formação acadêmica; titulação; regime de trabalho; tempo de exercício na IES; atuação profissional na área). No caso de CST, consideração e descrição do tempo de experiência do(a) coordenador(a) na educação básica, se houver.

De acordo com o PPC (2023), o coordenador possui graduação em Engenharia de Computação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2003), graduação em Tecnologia em Automação Industrial pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (2006), mestrado em Engenharia Elétrica e Computação pelo Programa de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica e Computação (PPgEECUFRN) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2010) e doutorado em Engenharia Elétrica e Computação pelo Programa de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica e Computação (PPgEECUFRN) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2015). Leciona disciplinas das áreas de Programação Orientada à Objetos e Protocolos de Interconexão de Redes. O coordenador trabalha em regime de dedicação exclusiva, está vinculado e atuando como docente na IES desde 2020, e com o curso a 01 mês. Possui experiência anterior como engenheiro pesquisador e como docente.

20. Calcular e inserir o IQCD, de acordo com o item 4.9 da Nota Técnica nº 16/2017, Revisão Nota Técnica Nº 2/2018/CGACGIES/DAES.

Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD):

$(5 \times D) + (3 \times M) + (2 \times E) + G/D + M + E + G$.

Considerando 09 doutores, 08 mestres, e 03 especialistas, contabilizamos: 3,75.

21. Discriminar o número de docentes com titulação de doutor, mestre e especialista.

Quanto ao quantitativo de docentes, no instrumento do e-MEC a instituição inseriu registro de 13 professores, porém em documentos disponibilizados, como a própria planilha de docentes, ela lista 20 professores vinculados o curso, a saber:

Aniuska Almeida Nepomuceno Fontinelli, Carlos André Cordeiro de Oliveira, Charles Evandre Vieira Ferreira, Cybelle Frazao Costa Braga, Dornelles Moises Alves Nonato, Elvira Carmen Farias Agra Leite, Gabriela Guedes de Souza, George Candeia de Sousa Medeiros, João Ricardo Freire de Melo, José de Sousa Barros, Leandro Luttiane da Silva Linhares, Nádia Pinheiro Nóbrega, Nasson Paulo Sales Neves, Otacílio de Araújo Ramos Neto, Pedro Henrique Silva Gabi, Rhavy Maia Guedes, Rodolfo de Medeiros Araujo, Rodrigo Rodrigues Malheiros, Taysa Tamara Viana Machado, Vandilson Bezerra de Lima. Esta comissão considerou o quantitativo de 20 docentes para preencher o instrumento. Destes, 09 são doutores, 08 são mestres, e 03 são especialistas

22. Indicar as disciplinas a serem ofertadas em língua estrangeira no curso, quando houver.

Não há disciplinas a serem ofertadas em língua estrangeira.

23. Informar oferta de disciplina de LIBRAS, com indicação se a disciplina será obrigatória ou optativa.

oferta de disciplina de LIBRAS é optativa, com 80 horas/aulas.

24. Explicitar a oferta de convênios do curso com outras instituições e de ambientes profissionais.

Não há oferta de convênios do curso com outras instituições e de ambientes profissionais.

25. Informar sobre a existência de compartilhamento da rede do Sistema Único de Saúde (SUS) com diferentes cursos e diferentes instituições para os cursos da área da saúde.

NSA.

26. Descrever o sistema de acompanhamento de egressos.

O processo de acompanhamento aos egressos constitui num instrumento que possibilitará uma avaliação contínua da instituição, por meio do desempenho profissional dos ex-alunos. Trata-se de um importante passo no sentido de incorporar ao processo de ensino-aprendizagem elementos da realidade externa, por meio das experiências vivenciadas pelos formados, em contrapartida ao que eles vivenciaram durante sua graduação. Dessa forma, o processo de acompanhamento de egresso do CS em TSI será definido pela Resolução-CS nº 43/2017 que dispõe d Regulamento do Programa de Acompanhamento de Egresso-PAE do IFPB.

27. Informar os atos legais do curso (Autorização, Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento do curso, quando existirem) e a data da publicação no DOU ou, em caso de Sistemas Estaduais, nos meios equivalentes.

A autorização de funcionamento do curso está registrado por meio da Resolução CS/IFPB Nº 06, de 09 de abril de 2020, que convalida a Resolução AR/CS/IFPB nº 47/2018 de 24/10/2018, a qual dispõe sobre a autorização de funcionamento do Curso Superior de Tecnologia em Sistemas para Internet, no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, Campus Guarabira.

28. Indicar se a condição de autorização do curso ocorreu por visita (nesse caso, explicitar o conceito obtido) ou por dispensa.

Autorização do curso ocorreu por dispensa.

29. Apontar conceitos anteriores de reconhecimento ou renovação de reconhecimento, se for o caso.

NSA.

30. Informar o número de vagas autorizadas ou aditadas e número de vagas ociosas anualmente.

40 vagas semestrais, sendo 80 anuais.

31. Indicar o resultado do Conceito Preliminar de Curso (CPC contínuo e faixa) e Conceito de Curso (CC contínuo e faixa) resultante da avaliação in loco, quando houver.

NSA.

32. Indicar o resultado do ENADE no último triênio, se houver.

NSA.

33. Verificar o proposto no Protocolo de Compromisso estabelecido com a Secretaria de Supervisão e Regulação da Educação Superior (SERES), em caso de CPC insatisfatório, para o ato de Renovação de Reconhecimento de Curso.

NSA.

34. Calcular e inserir o tempo médio de permanência do corpo docente no curso. (Somar o tempo de exercício no curso de todos os docentes e dividir pelo número total de docentes no curso, incluindo o tempo do(a) coordenador(a) do curso).

Considerando o quadro de professores indicado pela IES na planilha de docentes:

Aniuska Almeida Nepomuceno Fontinelli, tempo em meses de vínculo com o curso: 12 ;

Carlos André Cordeiro de Oliveira, tempo em meses de vínculo com o curso: 44 ;

Charles Evandre Vieira Ferreira, tempo em meses de vínculo com o curso: 11 ;
 Cybelle Frazao Costa Braga, tempo em meses de vínculo com o curso: 1 ;
 Dornelles Moises Alves Nonato, tempo em meses de vínculo com o curso: 13 ;
 Elvira Carmen Farias Agra Leite, tempo em meses de vínculo com o curso: 3 ;
 Gabriela Guedes de Souza, tempo em meses de vínculo com o curso: 32 ;
 George Candeia de Sousa Medeiros, tempo em meses de vínculo com o curso: ;
 João Ricardo Freire de Melo, tempo em meses de vínculo com o curso: 32 ;
 José de Sousa Barros, tempo em meses de vínculo com o curso: 44 ;
 Leandro Luttiane da Silva Linhares, tempo em meses de vínculo com o curso: 1 ;
 Nádia Pinheiro Nóbrega, tempo em meses de vínculo com o curso: 44 ;
 Nasson Paulo Sales Neves, tempo em meses de vínculo com o curso: 5 ;
 Otacílio de Araújo Ramos Neto, tempo em meses de vínculo com o curso: 44 ;
 Pedro Henrique Silva Gabi, tempo em meses de vínculo com o curso: 1 ;
 Rhavy Maia Guedes, tempo em meses de vínculo com o curso: 44 ;
 Rodolfo de Medeiros Araujo, tempo em meses de vínculo com o curso: 11 ;
 Rodrigo Rodrigues Malheiros, tempo em meses de vínculo com o curso: 34 ;
 Taysa Tamara Viana Machado, tempo em meses de vínculo com o curso: 42 ;
 Vandilson Bezerra de Lima, tempo em meses de vínculo com o curso: 3 .
 Obtemos uma média de aprox. 22,16 meses.

35. Informar o quantitativo anual do corpo discente, desde o último ato autorizativo anterior à avaliação in loco, se for o caso: ingressantes; matriculados; concluintes; estrangeiros; matriculados em estágio supervisionado; matriculados em Trabalho de Conclusão de Curso – TCC; participantes de projetos de pesquisa (por ano); participantes de projetos de extensão (por ano); participantes de Programas Internos e/ou Externos de Financiamento (por ano).

Ingressantes: 66 (ano 2020); 72 (ano 2021); 75 (ano 2022); 68 (ano 2023);
 Matriculados: 44 (ano 2020); 138 (ano 2021); 182 (ano 2022); 195 (ano 2023);
 Concluintes: 0 (ano 2020); 0 (ano 2021); 0 (ano 2022); 0 (ano 2023);
 Participantes de Projetos de Pesquisas: 1 (ano 2020); 2 (ano 2021); 0 (ano 2022); 3 (ano 2023);
 Participantes de Projetos de Extensão: 4 (ano 2020); 4 (ano 2021); 0 (ano 2022); 0 (ano 2023);
 Estrangeiros: 0 (ano 2020); 0 (ano 2021); 0 (ano 2022); 0 (ano 2023);
 Matriculado em Estágio Supervisionado: 0 (ano 2020); 2 (ano 2021); 4 (ano 2022); 3 (ano 2023);
 Matriculado em Trabalho de Conclusão de Curso - TCC: 0 (ano 2020); 0 (ano 2021); 0 (ano 2022); 12 (ano 2023).

36. Indicar a composição da Equipe Multidisciplinar para a modalidade a distância, quando for o caso.

O curso é presencial.

Dimensão 1: ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

4,29

1.1. Políticas institucionais no âmbito do curso.

4

Justificativa para conceito 4: As políticas de Ensino do IFPB para o período de 2015-2019 estão fundamentadas na busca da qualidade, na melhoria das condições do processo de ensino-aprendizagem e na garantia do ensino público e gratuito, dentro de um modelo de gestão democrática. A concepção dessas políticas visa atender aos anseios da comunidade acadêmica e da sociedade em geral. Elas estão integralmente alinhadas com o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), que é o documento que reflete a filosofia e a identidade pedagógica da instituição, orientando a prática educacional nos aspectos técnicos e políticos, visando qualidade nas áreas de ensino, pesquisa e extensão. As políticas de ensino do IFPB se baseiam nos seguintes princípios: - Ampliar o acesso e a permanência na escola pública; - Ser um centro de referência na disseminação do conhecimento científico e tecnológico em sua área de atuação; - Promover a implementação de novas abordagens pedagógicas e metodologias de ensino, visando à Educação Continuada e à Educação a Distância; - Investir constantemente na capacitação de seus docentes e pessoal técnico-administrativo; - Garantir a indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão; - Realizar avaliações contínuas e acompanhamento das atividades de ensino; - Fomentar a integração entre os diversos campi e com outras instituições de ensino; - Estabelecer parcerias com entidades do setor produtivo e com segmentos da sociedade; - Manter comunicação permanente com os ex-alunos dos cursos; - Adotar políticas de ações afirmativas; - Respeitar a diversidade cultural e promover a inclusão social e educacional; - Comprometer-se com o desenvolvimento sustentável; - Promover a formação integral do indivíduo em todas as suas dimensões. A pesquisa científica e tecnológica, embora ocorra de forma isolada e com menos intensidade ao ensino, desempenham um papel importante no contexto do ensino profissionalizante da IES. É por essa razão que a IFPB se empenha em construir e disseminar conhecimento, oferecer suporte tecnológico à indústria, promover a pesquisa entre os estudantes, ajustar constantemente os currículos dos cursos, buscar recursos para a instituição e ampliar a oferta de programas de pós-graduação tanto para a comunidade em geral quanto para os servidores da instituição. Com isso em mente, os principais objetivos para a implementação, consolidação e expansão da pesquisa científica e tecnológica, da inovação tecnológica e da pós-graduação no IFPB incluem: - Fomentar um ambiente propício ao desenvolvimento de pesquisas científicas e inovações tecnológicas; - Aumentar o número de grupos de pesquisa no IFPB e incentivar a criação e fortalecimento de novos grupos cadastrados no CNPQ; - Englobar todas as áreas acadêmicas da instituição no esforço de expandir a pesquisa científica e tecnológica, a inovação tecnológica e a pós-graduação; - Envolver a comunidade do IFPB em discussões constantes sobre pesquisa científica e tecnológica, inovação tecnológica e pós-graduação para promover maior compreensão, conscientização e engajamento em relação à importância dessas atividades; - Estabelecer tanto a pesquisa científica e tecnológica quanto a inovação tecnológica como componentes estratégicos na melhoria da qualidade da instituição; - Reforçar parcerias com instituições e agências de fomento à pesquisa e inovação para desenvolver ações conjuntas e captar recursos; - Expandir as atividades de pesquisa por meio de programas de bolsas; - Aprimorar as instalações físicas para acomodar pesquisadores; - Ampliar a oferta de programas de qualificação por meio dos programas MINTER e DINTER para servidores docentes e técnicos-administrativos; - Reforçar as iniciativas relacionadas à valorização da propriedade intelectual. As políticas de Extensão são entendidas como a integração da educação profissional, tecnológica e popular com o mundo do trabalho e a sociedade, enfatizando a produção, assimilação e compartilhamento de conhecimento, tecnologia e diversas formas de sabedoria. Nesse contexto, a base desses processos educacionais está no envolvimento ativo da comunidade escolar e da sociedade em geral, em diálogo com setores produtivos, movimentos sociais, comunidades locais e sindicatos. Isso visa a promover uma escola mais democrática e popular e a fortalecer as práticas produtivas, sociais e culturais locais. Portanto, a Extensão é baseada em uma abordagem interdisciplinar, educacional, cultural, científica e política, que promove uma interação transformadora entre a escola e outros segmentos da sociedade, seguindo o princípio constitucional da indissociabilidade com o Ensino e a Pesquisa.

1.2. Objetivos do curso.

5

Justificativa para conceito 5: Os objetivos do curso estão alinhados com o perfil profissional que se espera do egresso. O curso de Sistemas para Internet tem como objetivo, formar profissionais capazes de atuar em diversas áreas relacionadas à tecnologia e à internet, incluindo o desenvolvimento de programas e aplicativos, gerenciamento de projetos, segurança de sistemas, comércio eletrônico e muito

mais. Os objetivos específicos mencionados no PPC refletem exatamente essas habilidades e competências que se espera que os graduados adquiram. A estrutura curricular do curso é projetada de forma a abordar as competências e habilidades delineadas nos objetivos do curso. Isso significa que os tópicos, disciplinas e atividades do programa de estudos são planejados para atender aos objetivos do curso. Os objetivos do curso são formulados dentro do contexto educacional atual. Isso significa que se leva em consideração as tendências e as necessidades do mercado de trabalho, bem como os avanços tecnológicos na área de sistemas para internet. O PPC menciona a convergência das áreas de Telecomunicações e Informática, mostrando que o curso está atualizado com as mudanças e avanços no setor. Os objetivos do curso também consideram as características locais e regionais, como demandas específicas do mercado de trabalho na região da Paraíba. Além disso, incentiva a compreensão do impacto social e econômico da tecnologia, o que é particularmente relevante para uma região específica.

1.3. Perfil profissional do egresso.

4

Justificativa para conceito 4: O curso contempla as competências que o egresso do curso deve possuir. Essas competências incluem a capacidade de projetar, desenvolver, testar, implantar, manter e analisar páginas para internet, sistemas de comércio eletrônico e aplicativos para plataformas móveis, bem como avaliar, especificar e selecionar metodologias e ferramentas adequadas para o desenvolvimento. Além disso, a habilidade de elaborar diretrizes para criação de interfaces e a capacidade de realizar perícias e emitir laudos técnicos são mencionadas. Essas competências estão alinhadas com o que se espera de um profissional na área de sistemas para internet. Há articulação com necessidades locais e regionais, como a região do brejo paraibano, incluindo Guarabira, e destaca o cenário educacional e de inovação na região. A criação do curso de Tecnologia em Sistemas para Internet no IFPB Guarabira é vista como uma iniciativa que pode incentivar o surgimento de novas empresas de tecnologia na região, atendendo às necessidades locais de soluções e serviços tecnológicos. Portanto, o curso atende às diretrizes estabelecidas nas DCN ao definir claramente as competências do egresso e ao articular essas competências com as necessidades locais e regionais, demonstrando uma conexão entre a formação dos estudantes e as oportunidades de emprego e empreendedorismo na região.

1.4. Estrutura curricular. Disciplina de LIBRAS obrigatória para licenciaturas e para Fonoaudiologia, e optativa para os demais cursos (Decreto nº 5.626/2005).

4

Justificativa para conceito 4: A estrutura curricular do curso está em conformidade com as diretrizes legais, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o Decreto 5.154/2004, a Resolução CNE/CP nº 03/2002 e o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia de 2016. Ela se baseia na concepção de eixos tecnológicos, favorecendo a integração de conhecimentos e a relação entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura. O curso está organizado em núcleos, promovendo a interdisciplinaridade. A matriz curricular inclui dois núcleos: o fundamental, que abrange conhecimentos básicos como língua portuguesa, língua inglesa, matemática e legislações; e o científico e tecnológico, que caracteriza a identidade do tecnólogo e inclui conhecimentos científicos e tecnológicos relevantes para a área do curso. A disciplina de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) é oferecida como uma disciplina optativa de 40 horas.

1.5. Conteúdos curriculares.

4

Justificativa para conceito 4: Os conteúdos curriculares, conforme delineado no PPC, desempenha um papel eficaz no desenvolvimento do perfil profissional do egresso, demonstrando uma abordagem atualizada que considera diversos aspectos essenciais da área do curso. Abrange a adequação das cargas horárias das unidades, a seleção apropriada de bibliografia, a acessibilidade metodológica e a inclusão de conteúdos relevantes relacionados a políticas de educação ambiental, direitos humanos e relações étnico-raciais, bem como o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena. A abordagem atualizada e dinâmica do currículo é evidente no acréscimo de disciplinas que atendem às demandas contemporâneas do campo da informática, especialmente nas áreas de Inteligência Artificial e Ciência de Dados. Isso assegura que os alunos estejam preparados para enfrentar os desafios e oportunidades que surgem constantemente no setor de tecnologia. Além disso, há revisão periódica dos planos de ensino, conforme estabelecido no regulamento acadêmico e documentos disponibilizados. Reflete um compromisso contínuo com a atualização e melhoria do programa de estudos. Essa revisão envolve a colaboração do Colegiado do Curso e do Núcleo Docente Estruturante (NDE), garantindo que as mudanças necessárias sejam identificadas e implementadas, mantendo o currículo alinhado com os objetivos e o perfil do egresso. Demonstra um planejamento educacional sólido e dinâmico que diferencia o curso de Tecnologia em Sistemas para Internet, garantindo que os graduados estejam devidamente preparados para as demandas da área.

1.6. Metodologia.

4

Justificativa para conceito 4: A metodologia adotada, conforme estabelecida no PPC e constatada, está em conformidade com as diretrizes estabelecidas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 9.394/96), na Resolução CNE/CES Nº 5, de 16 de novembro de 2016, e no Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia de 2016. A abordagem pedagógica do curso, abrange o desenvolvimento de conteúdos, a implementação de estratégias de aprendizagem, a monitorização contínua das atividades acadêmicas, a promoção da acessibilidade metodológica e a promoção da autonomia do discente. Ela está alinhada com as práticas pedagógicas que incentivam a participação ativa dos estudantes em uma relação dinâmica entre teoria e prática. Isso reflete o compromisso da instituição com a excelência na educação, proporcionando uma experiência de ensino eficaz e de qualidade.

1.7. Estágio curricular supervisionado. Obrigatório para cursos cujas DCN preveem o estágio supervisionado. NSA para cursos que não contemplam estágio no PPC (desde que não esteja previsto nas DCN).

4

Justificativa para conceito 4: A realização de estágio curricular supervisionado é facultativa para todos os alunos do Curso Superior de Tecnologia em Sistemas para Internet, seguindo as disposições da Lei 11.788, de 25/09/08, e as Normas de Estágio do IFPB, datadas de dezembro/2009. Quando ocorre, o suporte e direcionamento para a efetivação do estágio são fornecidos pela Coordenação de Estágios, que desempenha um papel fundamental nesse processo. O estágio é supervisionado diretamente por um professor orientador do IFPB, em conjunto com o Supervisor da Empresa onde o estágio é conduzido. A Coordenação de Estágios (CE) formaliza, registra e avalia o desempenho dos alunos durante o período de estágio na empresa. No decorrer do estágio, os estudantes vivenciam situações de exercício prático da profissão, com a possibilidade de iniciar o estágio a partir do 4º semestre, em estrita conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo IFPB. No âmbito do Curso Superior em TSI, conforme disposto no Artigo 10 das Normas de Estágio e seus parágrafos 1º, 2º e 3º, é permitido que atividades de pesquisa ou extensão sejam reconhecidas como estágio curricular. Essa consideração requer avaliação do Coordenador do curso técnico ou do Colegiado de curso, e refere-se a atividades de pesquisa científica e extensão ligadas a projetos realizados dentro do IFPB. Após a conclusão do estágio, os alunos devem apresentar um Relatório Técnico de Estágio (RTE) completo em até 60 dias. Esse relatório reflete os resultados do estágio, seguindo as normas da ABNT para trabalhos acadêmicos. O RTE também é submetido a uma defesa pública, durante a qual o orientador e dois docentes compõem uma banca avaliadora. A avaliação atribui uma nota de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, sendo necessária uma nota mínima de 70 (setenta) para a aprovação.

1.8. Estágio curricular supervisionado – relação com a rede de escolas da Educação Básica. Obrigatório para licenciaturas. NSA para os demais cursos.

NSA

Justificativa para conceito NSA: NSA.

1.9. Estágio curricular supervisionado – relação teoria e prática. Obrigatório para licenciaturas. NSA para os demais cursos.

NSA

Justificativa para conceito NSA:NSA.

1.10. Atividades complementares. Obrigatório para cursos cujas DCN preveem atividades complementares. NSA para cursos que não contemplam atividades complementares no PPC (desde que não esteja previsto nas DCN).

4

Justificativa para conceito 4: Atividades complementares, no âmbito do Curso Superior em Sistemas para Internet, abrangem todas as ações que não estão contempladas no rol das disciplinas obrigatórias e optativas do currículo. Visam enriquecer a formação acadêmica e promover o desenvolvimento pessoal e profissional do futuro tecnólogo. Essas atividades estão incorporadas, de forma obrigatória ao currículo, com uma carga horária de 40 horas, e englobam diversas categorias, tais como ensino, pesquisa, extensão, práticas profissionalizantes e outras atividades oferecidas pela coordenação do curso com foco na formação complementar. Os detalhes específicos sobre as atividades complementares são descritos em um regimento interno estabelecido e aprovado pelo Colegiado do Curso. Essas atividades podem ser definidas da seguinte forma: Atividades de pesquisa: englobam a participação em núcleos ou grupos de pesquisa, envolvimento em projetos científicos e a apresentação ou publicação de trabalhos em eventos técnico-científicos. Participação na organização de eventos técnico-científicos de interesse da instituição, relacionados ao curso. Atividades de extensão: abrangem a participação em projetos de extensão que envolvem a comunidade ou em eventos técnico-científicos de relevância. Atividades de ensino: incluem a monitoria de disciplinas do curso de Tecnologia em Sistemas para Internet ou áreas afins. Atividades de práticas profissionalizantes: envolvem a participação em projetos conduzidos por empresas juniores relacionadas ao curso, estágios extracurriculares na área técnica e projetos de desenvolvimento tecnológico com empresas privadas ou instituições públicas. Outras atividades oferecidas pela Coordenação do Curso com o objetivo de complementar a formação acadêmica. Para que a carga horária das atividades complementares seja registrada no histórico escolar, os alunos devem submeter um requerimento específico e comprovar o cumprimento das atividades por meio de declarações ou certificados. A avaliação dos pedidos é conduzida pelo coordenador do curso ou por uma comissão designada para esse fim, que pode deferir ou indeferir as solicitações, de acordo com as normas estabelecidas. Caso surjam casos omissos, eles serão analisados pelo colegiado de curso. Se ressaltar que, para que as atividades acadêmico-científico-culturais sejam contabilizadas, o aluno deve solicitar a validação dessas atividades à Coordenação do Curso, fornecendo a documentação comprobatória necessária. Cada documento apresentado só pode ser contabilizado uma vez, mesmo que possa ser aplicado em diversos critérios. A cada período letivo, o Coordenador do Curso definirá os prazos para a entrega das solicitações de atividades acadêmico-científico-culturais e a divulgação dos resultados. Os processos serão analisados pelos membros do Colegiado do Curso, que emitirão pareceres avaliados em Plenária do Colegiado. Após a aprovação e a contabilização das horas de atividades acadêmico-científico-culturais, o Coordenador do Curso fará o registro correspondente no Sistema Acadêmico. O Colegiado do Curso poderá exigir a apresentação dos documentos que considerar relevantes para contabilização das horas dessas atividades. Destaca-se que somente as atividades realizadas durante o período de vinculação do aluno ao Curso serão contabilizadas. Casos não contemplados ou situações não previstas serão analisados pelo Colegiado do Curso. O acompanhamento das atividades complementares é de responsabilidade dos professores orientadores, Coordenação do Curso, Colegiado do Curso e Coordenação de Pesquisa e Extensão, cada qual com papéis definidos.

1.11. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Obrigatório para cursos cujas DCN preveem TCC. NSA para cursos que não contemplam TCC no PPC (desde que não esteja previsto nas DCN).

5

Justificativa para conceito 5: O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é uma opção disponível a todos os alunos do Curso Superior em TSI, mas não é de caráter obrigatório. A conclusão bem-sucedida do TCC equivale a 67 horas de carga horária para a integralização do curso. A regulamentação do TCC segue as diretrizes da Resolução nº 5/2016-MEC/CNE/CES, de 16 de novembro de 2016, bem como as Resoluções nº 54/2017-CS e nº 219/2014-CS. Quando os alunos concluem as disciplinas de Programação Web II (PW-II) e Projeto Integrador em Sistemas para Internet (PISI), têm a opção de utilizar o relatório final da disciplina Projeto Integrador em Sistemas para Internet (PISI) como substituto do TCC. A disciplina Programação Web II pode ser cursada a partir do 5º semestre do curso. Ao término da disciplina, os alunos elaboraram uma proposta de projeto de conclusão de curso que será executada no período subsequente. A disciplina Projeto Integrador em Sistemas para Internet pode ser cursada no 6º semestre do curso, após a conclusão de Programação Web II. Durante essa disciplina, os alunos executarão a proposta desenvolvida em PWII e ao final, apresentam um relatório no formato de artigo científico ou monografia, seguindo as diretrizes estabelecidas pelas normas da ABNT. A matrícula na disciplina PISI só será confirmada no Sistema de Controle Acadêmico após a aprovação na disciplina PW-II. Os alunos fazem a solicitação de matrícula na referida disciplina, respeitando os pré-requisitos definidos no Projeto Pedagógico do Curso e os prazos estipulados para a matrícula. Antes de concluir e defender a disciplina PISI, os alunos apresentam a defesa da proposta do projeto. O PISI pode ter origem em dois tipos de trabalho: I. Produção acadêmica, que resulta de pesquisa científica sobre um objeto, ato, fato ou fenômeno da realidade, ou de produção técnica ou tecnológica com aplicabilidade em diversos campos do conhecimento, seguindo padrões técnicos de intervenção. A produção acadêmica demonstra as competências e habilidades desenvolvidas ou conhecimento adquirido pelos estudantes durante seu período de formação. II. Projeto de Implementação, abrangendo soluções práticas para problemas técnicos-profissionais, tecnológicos ou técnico-científicos. Os resultados do PISI são apresentados de acordo com a estrutura de um artigo científico ou monografia, podendo também ser apresentados como relatórios de projeto, acompanhados de resultados complementares, como planos de negócios, protótipos, ferramentas audiovisuais, metodologias desenvolvidas e outros. Qualquer formato alternativo é reconhecido e autorizado pelo Colegiado de Curso, desde que regulamentado no Projeto Pedagógico do Curso. O acompanhamento das atividades dos discentes é conduzido por um docente orientador, que pode ser escolhido pelo discente ou designado pelo docente responsável pela disciplina de PISI, observando sempre a área de conhecimento relacionada ao projeto e a disponibilidade do docente orientador. É possível ter um co-orientador, se necessário, para auxiliar nas atividades de orientação, com aprovação do coordenador de curso. Mudanças de orientador são solicitadas por escrito e aprovadas pelo coordenador de curso e pelo docente responsável pela disciplina de PISI. O acompanhamento dos projetos ocorre por meio de reuniões regulares, realizadas no mínimo uma vez por mês e agendadas previamente entre o docente orientador e os orientandos. A presença dos orientandos em pelo menos 75% das reuniões de orientação é obrigatória. O tema do PISI está relacionado a uma das áreas de atuação do curso do discente e é apresentado para avaliação em um evento específico, agendado de acordo com as inscrições das propostas pela coordenação do curso, até no máximo 30 dias após o início do semestre. A não apresentação da proposta de PISI para avaliação resultará na impossibilidade de matrícula e, consequentemente, no trancamento da disciplina PISI. A avaliação da proposta de PISI é realizada por uma banca composta pelo docente orientador do projeto, por um docente indicado pela coordenação de curso e outro indicado pelo orientador ou coordenador de curso, no mínimo. As propostas de PISI são avaliadas com base em critérios como delimitação do tema, definição do problema, justificativa, objetivos, metodologia, relevância, inovações apresentadas ou utilidade prática do projeto, cronograma de execução, custos, condições e materiais disponíveis. O resultado da avaliação das propostas é divulgado por meio de edital da coordenação de curso em até 7 dias letivos após a realização da avaliação. O cronograma de execução, que inclui a defesa, é concluído em um prazo inferior ao tempo máximo de conclusão do curso, a partir da data de divulgação dos resultados da avaliação da proposta, e não pode exceder 6 meses de duração.

1.12. Apoio ao discente.

5

Justificativa para conceito 5: O IFPB campus Guarabira implementa ações de apoio desde o primeiro dia em que os discentes ingressam na instituição. Essas ações incluem o evento de acolhimento, organizado em conjunto pela Diretoria de Desenvolvimento do Ensino (DDE-GB) e o Departamento de Assistência Estudantil (DAEST), com a participação da coordenação do curso e representantes estudantis. Especificamente para o curso de Sistemas para Internet, a Política de Assistência Estudantil, conforme estabelecida pela

Resolução CONSUPER nº 16/2018, está alinhada com o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e o Decreto 7.234, de 19 de julho de 2010. Essa política visa fornecer suporte aos discentes, com o objetivo de promover a permanência e o sucesso no curso de graduação. As medidas de apoio abrangem desde assistência à moradia estudantil até suporte pedagógico e psicopedagógico aos discentes. Para alunos com necessidades educacionais específicas, a equipe multiprofissional da NAPNE atua para garantir a assistência adequada. Dentre os programas oferecidos, destacam-se, de maneira abrangente, aqueles relacionados à Atenção e Promoção à Saúde, ao Apoio à Participação em Eventos e ao Apoio Pedagógico. No âmbito institucional, a Política de Mobilidade Acadêmica, regulamentada pela Resolução CONSUPER nº 142/2015, permite aos discentes desenvolver atividades acadêmicas, científicas, artísticas e culturais, como cursos, estágios e pesquisas orientadas, com o propósito de complementar e aprimorar sua formação em instituições de ensino distintas, tanto em âmbito nacional como internacional. Além disso, em colaboração com a política de Permanência e Êxito do IFPB, o curso de Sistemas para Internet publica um edital de seleção para o Programa de Monitoria a cada semestre. O curso também mantém um representante discente para cada período ingressante. Esses representantes desempenham um papel fundamental na intermediação das relações entre a Coordenação e o corpo discente do curso, levando questões e demandas à coordenação e expressando as opiniões e necessidades dos estudantes em questões de gestão cotidiana e decisões específicas. São ações comprovadamente eficazes.

1.13. Gestão do curso e os processos de avaliação interna e externa.

5

Justificativa para conceito 5: A gestão do Curso Superior de Tecnologia em Sistemas para Internet no Campus Guarabira do IFPB é fundamentada em avaliações internas e nas avaliações externas, como os resultados do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e nas avaliações de Reconhecimento do Curso. A Comissão Própria de Avaliação (CPA) do IFPB, estabelecida por meio da Portaria 851/2023 - REITORIA/IFPB, conduz essas avaliações. Suas atividades são regulamentadas por um regulamento aprovado pelo Conselho Superior da instituição. A CPA realiza avaliações regulares do curso, utilizando questionários estratificados que abrangem discentes, docentes e técnicos administrativos. Os resultados dessas avaliações são tornados públicos no portal da instituição e no Portal da Transparência, para que toda a comunidade acadêmica e a sociedade em geral tenham acesso a eles. Essas avaliações, tanto internas quanto externas, fornecem ao curso informações essenciais sobre o desempenho de seus docentes, discentes, da estrutura administrativa da instituição e dos recursos físicos e tecnológicos disponíveis para os alunos. Com base nesses dados, a coordenação do curso, o colegiado do curso e o Núcleo Docente Estruturante definem suas ações semestrais para melhorias acadêmicas e institucionais do curso. Essas ações podem incluir a proposição de alterações e ajustes na proposta pedagógica do curso e no perfil do egresso, solicitações à instituição para políticas de capacitação do pessoal docente e técnico-administrativo, aquisição de materiais e recursos tecnológicos que atendam às necessidades do curso e, em última instância, melhorias no processo de ensino-aprendizagem.

1.14. Atividades de tutoria. Exclusivo para cursos que ofertam disciplinas (integral ou parcialmente) na modalidade a distância (conforme Portaria nº 1.134, de 10 de outubro de 2016).

NSA

Justificativa para conceito NSA:NSA.

1.15. Conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias às atividades de tutoria. Exclusivo para cursos que ofertam disciplinas (integral ou parcialmente) na modalidade a distância (conforme Portaria nº 1.134, de 10 de outubro de 2016).

NSA

Justificativa para conceito NSA:NSA.

1.16. Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no processo ensino-aprendizagem.

4

Justificativa para conceito 4: O Curso Superior de Tecnologia em Sistemas para Internet oferece uma variedade de tecnologias voltadas para a educação, deixando a critério do professor a escolha dos instrumentos mais adequados para auxiliá-lo no desenvolvimento de sua metodologia, visando otimizar o processo de aprendizagem. Dentre as tecnologias utilizadas, destacam-se: Sites técnicos e fóruns especializados; Vídeo aulas disponíveis online; Material didático digital desenvolvido pelo próprio docente; E-books gratuitos; Redes sociais de uso geral e profissional; Sites de busca para localizar livros disponíveis na biblioteca; Projetores multimídia; Smart TVs; Computadores; Softwares profissionais voltados para projetos; Videoconferências. Além disso, existem outras tecnologias de informação que oferecem suporte às atividades docentes, como o SUAPedu e o Moodle. Esses sistemas auxiliam na melhoria do processo de aprendizagem, permitindo a administração de materiais didáticos em formato digital, o cadastro de aulas, a facilitação da comunicação entre docentes e discentes e o armazenamento de notas dos alunos. As salas de aula e os laboratórios são equipados com Smart TVs ou projetores e possuem conexão à internet. Essa infraestrutura proporciona aos professores acesso direto às ferramentas tecnológicas que tornam as aulas mais interativas. Além disso, a Coordenação do Curso mantém uma página no Facebook para comunicar eventos, oportunidades de emprego, atualizações sobre o curso e outras informações de interesse dos alunos, permitindo um acesso mais ágil a esses conteúdos.

1.17. Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). Exclusivo para cursos que ofertam disciplinas (integral ou parcialmente) na modalidade a distância (conforme Portaria nº 1.134, de 10 de outubro de 2016).

NSA

Justificativa para conceito NSA:NSA.

1.18. Material didático. NSA para cursos que não contemplam material didático no PPC.

NSA

Justificativa para conceito NSA:NSA.

1.19. Procedimentos de acompanhamento e de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem.

4

Justificativa para conceito 4: O processo de avaliação dos estudantes segue as diretrizes estabelecidas no Regimento Didático para Cursos Superiores do IFPB e é conduzido de forma contínua e sistemática. A avaliação se baseia em interpretações qualitativas dos conhecimentos adquiridos e desenvolvidos pelos estudantes, abrangendo suas capacidades, atitudes e habilidades. Para essa finalidade, são utilizados diversos instrumentos de avaliação, tanto individuais como coletivos, incluindo estudos de casos, trabalhos práticos, projetos, provas, seminários, pesquisas, entre outros. No início de cada período letivo, os docentes informam aos estudantes os critérios de avaliação, a periodicidade dos instrumentos de verificação de aprendizagem e a lista dos conteúdos que serão abordados em cada avaliação. Essas informações estão detalhadas nos Planos de Disciplina, que são publicados no portal do estudante e vinculados aos diários das disciplinas no Sistema Integrado de Gestão Acadêmica (SUAP). Os resultados de todas as avaliações podem ser acompanhados pelos estudantes por meio dos sistemas de gerenciamento acadêmico da instituição, como o SUAP. As discussões sobre as avaliações e as ações para a melhoria do processo de ensino e aprendizagem acontecem nas reuniões pedagógicas do curso, da instituição, no Núcleo Docente Estruturante (NDE) e no colegiado do curso. Essas instâncias se reúnem para definir estratégias e práticas que promovam a qualidade da educação oferecida. Além disso, a Coordenação de Articulação Pedagógica presta suporte, compartilhando experiências e implementando ações que contribuam para o aprimoramento das atividades pedagógicas do curso. O Curso Superior de Tecnologia em Sistemas para Internet, alinhado com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia, adota diversas abordagens de ensino e aprendizagem, como aulas expositivas e dialogadas com o uso de tecnologias como projetor digital (Datashow), orientação por meio de núcleos de aprendizagem, materiais didáticos elaborados em linguagem acessível, e ferramentas de interação, como palestras, simpósios, debates e visitas técnicas.

1.20. Número de vagas.

4

Justificativa para conceito 4: O Curso Superior de Tecnologia em Sistemas para Internet oferece anualmente um total de 80 vagas, em conformidade com as diretrizes do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2020-2024) e o Plano de Oferta de Cursos e Vagas

(POVC) do Campus. De acordo com a legislação em vigor, também são disponibilizadas vagas remanescentes devido a desistências ou para a transferência escolar voluntária de alunos de outras instituições de ensino superior que atendam aos requisitos legais necessários para a transferência. Além disso, graduados podem acessar o curso por meio de um processo seletivo específico, conforme estabelecido no Regimento Didático dos Cursos Superiores Presenciais e a Distância do IFPB, bem como na Resolução AR CONSUPER n°16/2022. Outras formas de ingresso, como aquelas baseadas em convênios, intercâmbios ou acordos interinstitucionais, são definidas pelo IFPB e seguem critérios de processo seletivo que são especificados no acordo de parceria e descritos em edital. No que se refere aos candidatos que concluíram o ensino médio, o ingresso segue a Lei n° 12.711/2012, que estabelece a reserva de vagas para estudantes de escolas públicas, bem como contempla cotas étnico-raciais e vagas para pessoas com deficiência. O número de vagas para o curso é determinado com base em estudos periódicos, análises quantitativas e qualitativas. No momento da visita, esses processos se mostraram compatíveis com a dimensão do corpo docente e com as condições de infraestrutura física e tecnológica necessárias para o ensino, gestão, extensão e a pesquisa, embora esta última seja considerada com menor ênfase devido à carga horária dos docentes dedicada ao ensino.

1.21. Integração com as redes públicas de ensino. Obrigatório para licenciaturas. NSA para os cursos que não contemplam integração com as redes públicas de ensino no PPC. NSA

Justificativa para conceito NSA: NSA.

1.22. Integração do curso com o sistema local e regional de saúde (SUS). Obrigatório para cursos da área da saúde que contemplam, nas DCN e/ou no PPC, a integração com o sistema local e regional de saúde/SUS. NSA

Justificativa para conceito NSA: NSA.

1.23. Atividades práticas de ensino para áreas da saúde. Obrigatório para cursos da área da saúde que contemplam, nas DCN e/ou no PPC, a integração com o sistema local e regional de saúde/SUS. NSA

Justificativa para conceito NSA: NSA.

1.24. Atividades práticas de ensino para licenciaturas. Obrigatório para licenciaturas. NSA para os demais cursos. NSA

Justificativa para conceito NSA: NSA.

Dimensão 2: CORPO DOCENTE E TUTORIAL 4,40

2.1. Núcleo Docente Estruturante – NDE. 5

Justificativa para conceito 5: Conforme a PORTARIA 144/2023 - DG/GB/REITORIA/IFPB, de 5 de outubro de 2023, o Núcleo Docente Estruturante (NDE) foi formado com 07 membros, todos docentes em regime de tempo integral e dedicação exclusiva. Documentos da instituição indicam que os membros do NDE possuem titulação stricto sensu. De acordo com a portaria mencionada e atas de reuniões, incluindo ATA 4/2020, ATA 7-2020, ATA 4-2022, ATA 4-2023 e ATA 16-2023, o coordenador do curso faz parte e preside este núcleo. Em reuniões com membros do Comitê Próprio de Avaliação (CPA), docentes, discentes, dirigentes e integrantes do NDE, foi constatado que o NDE desempenha um papel no acompanhamento, consolidação e atualização do Projeto Pedagógico do Curso (PPC), conduzindo estudos e atualizações conforme os cronogramas de reuniões e atas assinadas. Isso permite avaliar o impacto do sistema de avaliação de aprendizagem na formação dos alunos e analisar a adequação do perfil do egresso, levando em consideração as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) e as demandas atuais do mercado de trabalho. É importante mencionar que parte dos membros do NDE, excetuando-se o presidente, permanece inalterada desde o último ato regulatório, conforme registrado nas atas das reuniões do NDE. De acordo com documentos disponibilizados pela IES, são membros do NDE: José de Sousa Barros, Leandro Luttiane da Silva Linhares, Nádia Pinheiro Nóbrega, Otacílio de Araújo Ramos Neto, Pedro Henrique Silva Gabi, Rhavy Maia Guedes, e, Taysa Tamara Viana Machado.

2.2. Equipe multidisciplinar. Exclusivo para cursos que ofertam disciplinas (integral ou parcialmente) na modalidade a distância (conforme Portaria n° 1.134, de 10 de outubro de 2016). NSA

Justificativa para conceito NSA: NSA.

2.3. Atuação do coordenador. 5

Justificativa para conceito 5: Conforme as informações presentes no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e em reunião conduzida com o coordenador, o Núcleo Docente Estruturante (NDE) e o colegiado, a Coordenação do Curso é designada pela Direção Geral do Campus e desempenha a função de presidir o NDE, possuindo também representatividade em órgãos superiores. A coordenação dispõe de espaço de trabalho e recursos de Tecnologia da Informação, cujo uso contribui para a gestão do curso e para a interação com os docentes e discentes. Além disso, um plano de ação (https://estudante.ifpb.edu.br/media/cursos/231/documentos/PLANO_DE_A%C3%87%C3%83O_DO_COORDENADOR_DE_TSI.pdf), contendo objetivos, planejamento de atuação, atribuições, cronograma de execução e previsão de feedback contínuo à Diretoria de Ensino. Este plano é acessível a toda a comunidade acadêmica e externa através da página do curso na Internet. A coordenação dispõe de indicadores de desempenho públicos e administra a potencialidade do corpo docente do curso, favorecendo a integração e a melhoria contínua. Apesar do atual coordenador estar a frente do curso a pouco mais de um mês, os acadêmicos relatam melhoras sensíveis.

2.4. Regime de trabalho do coordenador de curso. 5

Justificativa para conceito 5: O coordenador do curso trabalha em tempo integral, o que lhe permite atender às necessidades de gestão, interação com docentes, discentes e representação nos colegiados superiores. Com base no que pode ser levantado nas reuniões, o coordenador administra as capacidades do corpo docente, promovendo a integração e a melhoria contínua. Possui um plano de ação (https://estudante.ifpb.edu.br/media/cursos/231/documentos/PLANO_DE_A%C3%87%C3%83O_DO_COORDENADOR_DE_TSI.pdf), que contém planejamento, e permite a análise de oportunidades de melhoria e permite realimentar processos; conta com indicadores disponíveis e públicos com relação ao desempenho da coordenação (via CPA); diversos documentos e indicadores são compartilhados com a comunidade acadêmica e externa pela página do curso (<https://estudante.ifpb.edu.br/cursos/231/>). As reuniões com professores e alunos reforçaram que a atuação do coordenador proporciona a administração da potencialidade do corpo docente do seu curso, favorecendo a integração e a melhoria contínua. É necessário salientar que, segundo acadêmicos, houve melhora com a nova coordenação.

2.5. Corpo docente. 5

Justificativa para conceito 5: Este indicador foi analisado com base nos documentos disponibilizados pelo IFPB, Projeto Pedagógico do Curso (PPC), reuniões conduzidas com a coordenação, o Núcleo Docente Estruturante (NDE) e o colegiado. Considerando informações preenchidas pela IES no instrumento, foi possível levantar que o corpo docente do curso é constituído por 20 professores (09 são doutores, 08 são mestres, e 03 são especialistas), todos os que compõem o quadro de efetivos, atuam em regime integral. O corpo docente desempenha papel na revisão dos componentes curriculares, metodologias e referências bibliográficas, contribuindo para aprimorar a formação dos alunos - a exemplo disso, foi citada a recente reestruturação da grade do curso. Além disso, eles participam de projetos de pesquisa e extensão, incentivando atividades extracurriculares e orientando a publicação de trabalhos em eventos científicos e periódicos, alinhando-se ao perfil do egresso proposto. Ficou evidenciado que alguns professores possuem experiência profissional dentro e fora de sala de aula; os professores buscam enfatizar a relevância dos componentes curriculares para a formação acadêmica e profissional dos

alunos, promovendo o desenvolvimento de pensamento crítico com base em literatura atualizada. No e-MEC a instituição inseriu registro de 13 professores, porém em documentos disponibilizados, como a própria planilha de docentes, ela lista 20 professores vinculados ao curso, a saber: Aniuska Almeida Nepomuceno Fontinelli, Carlos André Cordeiro de Oliveira, Charles Evandre Vieira Ferreira, Cybelle Frazao Costa Braga, Dornelles Moises Alves Nonato, Elvira Carmen Farias Agra Leite, Gabriela Guedes de Souza, George Candeia de Sousa Medeiros, João Ricardo Freire de Melo, José de Sousa Barros, Leandro Luttiane da Silva Linhares, Nádia Pinheiro Nóbrega, Nasson Paulo Sales Neves, Otacílio de Araújo Ramos Neto, Pedro Henrique Silva Gabi, Rhavy Maia Guedes, Rodolfo de Medeiros Araujo, Rodrigo Rodrigues Malheiros, Taysa Tamara Viana Machado, Vandilson Bezerra de Lima. Esta comissão considerou o quantitativo de 20 docentes para preencher o instrumento.

2.6. Regime de trabalho do corpo docente do curso.

5

Justificativa para conceito 5: De acordo com os documentos disponibilizados pela instituição, a maioria dos professores atuam em regime integral com dedicação exclusiva (com exceção dos professores temporários). Conforme relatos dos discentes e análise das atas do colegiado, esse regime permite atender adequadamente às demandas acadêmicas, com foco no ensino e no suporte aos alunos. Apesar de relatos de carga horária em sala de aula um pouco maior que a ideal, tendo em vista outras atividades, os docentes indicaram que conseguem conduzir suas atividades de maneira satisfatória. Além disso, a instituição forneceu relatórios individuais de trabalho dos docentes (chamados de Mapas de Atividades) e relatórios da Comissão Própria de Avaliação (CPA), os quais são considerados para aprimorar o planejamento e a gestão educacional.

2.7. Experiência profissional do docente. Excluída a experiência no exercício da docência superior. NSA para cursos de licenciatura.

5

Justificativa para conceito 5: Considerando a análise de documentos fornecidos pela instituição, incluindo os currículos dos docentes, bem como informações obtidas em reuniões com docentes e discentes, revela a experiência de alguns professores no mundo do trabalho. Os docentes buscam incorporar exemplos contextualizados relacionados a desafios práticos enfrentados por profissionais na área de Sistemas para Internet, oferecendo orientações para a inserção dos alunos no mercado de trabalho - a exemplo disso, foram indicadas a realização de palestras proferidas por profissionais de empresas da área de T.I. Além disso, a integração de conteúdo e prática, por meio de práticas interdisciplinares e projetos que abordam as necessidades da comunidade acadêmica, demonstra a aplicação da interdisciplinaridade. O corpo docente também analisa as competências estabelecidas no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e as adapta de acordo com o conteúdo abordado e as exigências da profissão de graduado em Sistemas para Internet.

2.8. Experiência no exercício da docência na educação básica. Obrigatório para cursos de licenciatura e para CST da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. NSA para os demais cursos.

4

Justificativa para conceito 4: Este indicador foi avaliado com base nos documentos fornecidos pela instituição, incluindo os Currículos Lattes, e reuniões com docentes e discentes, foi constatado que o corpo docente possui experiência na educação básica, busca identificar as dificuldades dos alunos, adaptar a abordagem pedagógica de acordo com as necessidades da turma, fornecer exemplos que se integram aos conteúdos dos componentes curriculares. Além disso, buscam criar atividades personalizadas para apoiar o aprendizado de estudantes que enfrentam desafios, bem como em conduzir avaliações diagnósticas, formativas e somativas. A análise dos resultados dessas avaliações é utilizada de forma proativa para ajustar e aprimorar sua prática docente. Entretanto não ficou evidenciado que exerça liderança e seja reconhecido pela sua produção.

2.9. Experiência no exercício da docência superior.

4

Justificativa para conceito 4: Este indicador foi avaliado com base em documentos e informações fornecidas pela instituição, assim como em informações obtidas nas reuniões com docentes e discentes. Foi possível observar que o corpo docente do Curso Superior de Tecnologia em Sistemas para Internet do campus Guarabira do IFPB possui experiência na docência superior, o que lhes permite promover ações que visam identificar as dificuldades dos discentes, adaptar o conteúdo à turma, fornecer exemplos contextualizados com os componentes curriculares, e criar atividades específicas para melhorar a aprendizagem dos alunos com dificuldades, incluindo avaliações diagnósticas, formativas e somativas. Buscam utilizar os resultados dessas avaliações para aprimorar sua prática docente ao longo do período. Entretanto, não ficou evidenciado que exercem liderança e são reconhecidos pela sua produção.

2.10. Experiência no exercício da docência na educação a distância. NSA para cursos totalmente presenciais.

NSA

Justificativa para conceito NSA: NSA.

2.11. Experiência no exercício da tutoria na educação a distância. NSA para cursos totalmente presenciais.

NSA

Justificativa para conceito NSA: NSA.

2.12. Atuação do colegiado de curso ou equivalente.

4

Justificativa para conceito 4: Com base nos documentos disponibilizados, incluindo portarias, foi estabelecido o colegiado do curso, com a nomeação dos atuais membros representando os segmentos docente e discente. O colegiado realiza reuniões periódicas e sob demanda, havendo ao menos uma por semestre para a aprovação dos planos e demais deliberações, sendo convocadas reuniões extraordinárias conforme necessário, registrando suas deliberações e listas de presença em atas. Durante uma reunião com o colegiado, observou-se a presença de procedimentos para o registro, acompanhamento e implementação de suas atividades e decisões, embora não tenham sido evidenciado que realiza avaliação periódica sobre seu desempenho, para implementação ou ajuste de práticas de gestão. De acordo com a PORTARIA 140/2023 - DG/GB/REITORIA/IFPB, de 26 de setembro de 2023, são membros do colegiado do curso: Leandro Luttiane da Silva Linhares - Presidente - Coordenador do curso; Gabriela Guedes de Souza - Docente da área de TSI; João Ricardo Freire de Melo - Docente da área de TSI; Otacílio de Araújo Ramos Neto - Docente da área de TSI; Rhavy Maia Guedes - Docente da área de TSI; Rodrigo Rodrigues Malheiros - Docente de outras áreas; Vandilson Bezerra de Lima - Docente de outras áreas; Rafael Ramos Pereira - Técnico Administrativo; Wedson Candido da Silva - Discente; Rayssa da Silva Nunes - Discente.

2.13. Titulação e formação do corpo de tutores do curso. NSA para cursos totalmente presenciais.

NSA

Justificativa para conceito NSA: NSA.

2.14. Experiência do corpo de tutores em educação a distância. Exclusivo para cursos que ofertam disciplinas (integral ou parcialmente) na modalidade a distância (conforme Portaria nº 1.134, de 10 de outubro de 2016).

NSA

Justificativa para conceito NSA: NSA.

2.15. Interação entre tutores (presenciais – quando for o caso – e a distância), docentes e coordenadores de curso a distância.

Exclusivo para cursos que ofertam disciplinas (integral ou parcialmente) na modalidade a distância (conforme Portaria nº 1.134, de 10 de outubro de 2016).

NSA

Justificativa para conceito NSA: NSA.

2.16. Produção científica, cultural, artística ou tecnológica.

2

Justificativa para conceito 2: De acordo com informações disponibilizadas pela instituição, inclusive no documento Formulário de Atributos Docentes - TSI GBA, do total de 20 docentes listados como atuantes no Curso Superior de Tecnologia em Sistemas para

Internet, 8 deles (40%) possuem pelo menos 4 produções nos últimos 3 anos. Ao considerar o quantitativo de pelo menos 1 produção, esse número sobe para 14 docentes (70%).

Dimensão 3: INFRAESTRUTURA

4,38

3.1. Espaço de trabalho para docentes em tempo integral.

5

Justificativa para conceito 5: Os espaços de trabalho para os docentes, incluindo os professores em Tempo Integral, são equipados com 05 estações de trabalho (mesas em L), computadores, acesso à internet e armários individuais para armazenar materiais pessoais com segurança. Além disso a sala de professores e professores em tempo integral, que se confundem na instituição, é equipada com TV, refrigerador, forno micro-ondas, sofá e mesa ampla para reuniões e trabalho. Isso permite tanto o trabalho individual como reuniões para orientações e atendimentos. Além disso, professores com laboratórios de pesquisa, possuem espaços de trabalho nestes laboratórios, enquanto professores em cargos de gestão usam espaços específicos. A organização das salas busca atender aos requisitos de dimensão, mobiliário, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade, conservação e infraestrutura de informática, garantindo privacidade e as necessidades institucionais. Os professores de tempo integral não contam com salas individuais. Quando esta comissão questionou os interessados quanto ao quantitativo de estações de trabalho disponíveis, obteve a resposta que as demais salas, que incluem uma sala de atendimento com 4 estações de trabalho e laboratórios de pesquisa, atendem as necessidades locais. Quanto ao quantitativo de docentes, reforçamos que no instrumento do e-MEC a instituição inseriu registro de 13 professores, porém em documentos disponibilizados, como a própria planilha de docentes, ela lista 20 professores vinculados o curso, sendo estes considerados por esta comissão: Aniuska Almeida Nepomuceno Fontinelli, Carlos André Cordeiro de Oliveira, Charles Evandre Vieira Ferreira, Cybelle Frazao Costa Braga, Dornelles Moises Nonato, Elvira Carmen Farias Agra Leite, Gabriela Guedes de Souza, George Candea de Sousa Medeiros, João Ricardo Freire de Melo, José de Sousa Barros, Leandro Luttiane da Silva Linhares, Nádia Pinheiro Nóbrega, Nasson Paulo Sales Neves, Otacílio de Araújo Ramos Neto, Pedro Henrique Silva Gabi, Rhavy Maia Guedes, Rodolfo de Medeiros Araujo, Rodrigo Rodrigues Malheiros, Taysa Tamara Viana Machado, Vandilson Bezerra de Lima.

3.2. Espaço de trabalho para o coordenador.

4

Justificativa para conceito 4: O espaço de trabalho da coordenação do curso de Tecnologia em Sistemas para Internet no campus Guarabira além de possuir equipamentos adequados e atender às necessidades institucionais, viabiliza as ações acadêmico-administrativas e permite o atendimento de indivíduos ou grupos com privacidade. Nesse ambiente, o coordenador dispõe de uma mesa com equipamento de informática que atende suas demandas, assim como uma mesa de reunião para atender coletiva ou individualmente a docentes, discentes e o público externo. Além disso, a coordenação dispõe de armário para arquivamento da documentação do curso, e através do Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP), gerencia processos e atividades acadêmicas do curso. Entretanto, não ficou evidenciado que dispõe de infraestrutura tecnológica diferenciada, que possibilita formas distintas de trabalho.

3.3. Sala coletiva de professores. NSA para IES que possui espaço de trabalho individual para todos os docentes do curso.

4

Justificativa para conceito 4: Este indicador foi avaliado com base nas reuniões com professores, alunos e a visita virtual in loco. A sala coletiva de professores no IFPB campus Guarabira, destinada aos professores de todos os cursos, incluindo os de Tecnologia em Sistemas para Internet, oferece uma infraestrutura que inclui mesas, computadores com acesso à internet, armários individuais, e comodidades como área de leitura, televisão, geladeira e impressora. O ambiente é amplo, climatizado e propício para reuniões, trabalho em equipe e atividades além da sala de aula, viabilizando o trabalho docente. Além disso, a sala é acessível e dispõe de recursos de tecnologias da informação e comunicação adequados ao número de professores, permitindo também momentos de descanso, lazer e integração entre os docentes. Entretanto não ficou evidenciado que dispõe de apoio técnico-administrativo próprio.

3.4. Salas de aula.

4

Justificativa para conceito 4: Esse indicador foi avaliado com base na conversa com docentes, discentes, informações do PPC e preenchidas pela instituição no instrumento, além da visita virtual in loco. O campus conta com 13 salas de aula com aproximadamente 60m² cada, estas atendem às necessidades institucionais e do curso, apresentando manutenção periódica, conforto e disponibilidade de recursos de tecnologias da informação e comunicação adequados às atividades a serem desenvolvidas. Elas oferecem flexibilidade relacionada às configurações espaciais, oportunizando distintas situações de ensino-aprendizagem. Entretanto, não foram evidenciadas que possuem outros recursos cuja utilização é comprovadamente exitosa.

3.5. Acesso dos alunos a equipamentos de informática.

5

Justificativa para conceito 5: Este indicador foi avaliado com base nas reuniões com docentes e discentes, além da visita virtual in loco. Os estudantes do curso de Tecnologia em Sistemas para Internet no campus Guarabira têm acesso a 5 laboratórios de informática e outros meios de acesso a equipamentos de informática que atendem às necessidades institucionais e do curso. Esses locais proporcionam disponibilidade de equipamentos, conforto, estabilidade e velocidade de acesso à internet (inclusive Wifi). Os equipamentos possuem hardware e software atualizados, passando por avaliações periódicas para garantir sua qualidade e pertinência. A manutenção preventiva ocorre a cada semestre, e a manutenção corretiva está disponível mediante solicitação por meio de um sistema específico do setor de TI.

3.6. Bibliografia básica por Unidade Curricular (UC).

4

Justificativa para conceito 4: O Curso de Tecnologia em Sistemas para Internet no IFPB campus Guarabira dispõe de um acervo bibliográfico básico específico, o acervo físico atende aos conteúdos programáticos das unidades curriculares em conformidade com os critérios de classificação e tombamento da instituição. Os discentes podem acessar o acervo e Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) por meio do portal da Biblioteca (<https://biblioteca.ifpb.edu.br/>). A biblioteca oferece consultas, empréstimos de títulos relacionados ao curso, materiais em braile, Libras, cordéis e obras de referência. Pelo menos um exemplar físico de cada título permanece disponível na biblioteca durante todo o seu horário de funcionamento, assegurando acesso contínuo. Além disso, a biblioteca disponibiliza computadores com acesso à internet para pesquisas e trabalhos acadêmicos, bem como acesso a diversas bases de dados gratuitas, como o Portal de Periódicos da CAPES, que oferece materiais bibliográficos de revistas em diversas áreas, incluindo Tecnologia da Informação. O ambiente da biblioteca também oferece espaços para estudo, individual e em grupo, incluindo cabines individuais. O acervo é registrado em nome da instituição e atende às necessidades das unidades curriculares, com atualização adequada e relatórios de adequação assinados pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) para garantir compatibilidade entre o número de vagas autorizadas e a quantidade de exemplares por título. Além disso, os títulos virtuais (provenientes de bases de dados gratuitas) podem ser acessados através de PCs acessíveis aos acadêmicos, com recursos tecnológicos e ferramentas de acessibilidade para atender às demandas dos usuários e garantir oferta ininterrupta via internet. O acervo também inclui exemplares de periódicos especializados (gratuitos) que complementam o conteúdo das unidades curriculares. Entretanto não ficou evidenciado que o acervo é gerenciado de modo a atualizar a quantidade de exemplares e/ou assinaturas de acesso mais demandadas, sendo adotado plano de contingência para a garantia do acesso e do serviço. É relevante acrescentar que durante a visita virtual in loco, a comissão pediu para visualizar alguns títulos que constavam na bibliografia de componentes curriculares, e, um dos títulos não estava disponível no acervo local. A instituição justificou dizendo que o livro estava disponível em outra biblioteca da rede de IFs, e que poderia ser reservado e seria encaminhado para a biblioteca local. Conforme apresentado durante a visita virtual in loco, a biblioteca ocupa um espaço provisório, uma vez que o prédio específico faz parte dos planos de expansão do campus. Ainda que o espaço provisório seja suficientemente amplo, e conte com espaço com 07 computadores para uso por parte dos acadêmicos - sem teclado adaptado, porém com DOSVOX e LUPA, 01 computador para consulta

ao acervo, 07 mesas com cadeiras estofadas, e, 03 baias individuais de estudo, é importante notar que as baias não são salas individuais, e tão pouco existe no espaço atual da biblioteca, espaços reservados para estudo em grupos.

3.7. Bibliografia complementar por Unidade Curricular (UC). Considerar o acervo da bibliografia complementar para o primeiro ano do curso (CST) ou para os dois primeiros anos (bacharelados/licenciaturas). 4

Justificativa para conceito 4: O Curso de Tecnologia em Sistemas para Internet no IFPB campus Guarabira dispõe de um acervo bibliográfico complementar específico, o acervo físico atende aos conteúdos programáticos das unidades curriculares em conformidade com os critérios de classificação e tombamento da instituição. Os discentes podem acessar o acervo e Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) por meio do portal da Biblioteca (<https://biblioteca.ifpb.edu.br/>). A biblioteca oferece consultas, empréstimos de títulos relacionados ao curso, materiais em braile, Libras, cordéis e obras de referência. Pelo menos um exemplar físico de cada título permanece disponível na biblioteca durante todo o seu horário de funcionamento, assegurando acesso contínuo. Além disso, a biblioteca disponibiliza computadores com acesso à internet para pesquisas e trabalhos acadêmicos, bem como acesso a diversas bases de dados gratuitas, como o Portal de Periódicos da CAPES, que oferece materiais bibliográficos de revistas em diversas áreas, incluindo Tecnologia da Informação. O ambiente da biblioteca também oferece espaços para estudo, individual e em grupo, incluindo cabines individuais. O acervo é registrado em nome da instituição e atende às necessidades das unidades curriculares, com atualização adequada e relatórios de adequação assinados pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) para garantir compatibilidade entre o número de vagas autorizadas e a quantidade de exemplares por título. Além disso, os títulos virtuais (provenientes de bases de dados gratuitas) podem ser acessados através de PCs acessíveis aos acadêmicos, com recursos tecnológicos e ferramentas de acessibilidade para atender às demandas dos usuários e garantir oferta ininterrupta via internet. O acervo também inclui exemplares de periódicos especializados (gratuitos) que complementam o conteúdo das unidades curriculares. Entretanto não ficou evidenciado que o acervo é gerenciado de modo a atualizar a quantidade de exemplares e/ou assinaturas de acesso mais demandadas, sendo adotado plano de contingência para a garantia do acesso e do serviço. É relevante acrescentar que durante a visita virtual in loco, a comissão pediu para visualizar alguns títulos que constavam na bibliografia de componentes curriculares, e, um dos títulos não estava disponível no acervo local. A instituição justificou dizendo que o livro estava disponível em outra biblioteca da rede de IFs, e que poderia ser reservado e seria encaminhado para a biblioteca local. Conforme apresentado durante a visita virtual in loco, a biblioteca ocupa um espaço provisório, uma vez que o prédio específico faz parte dos planos de expansão do campus. Ainda que o espaço provisório seja suficientemente amplo, e conte com espaço com 07 computadores para uso por parte dos acadêmicos - sem teclado adaptado, porém com DOSVOX e LUPA, 01 computador para consulta ao acervo, 07 mesas com cadeiras estofadas, e, 03 baias individuais de estudo, é importante notar que as baias não são salas individuais, e tão pouco existe no espaço atual da biblioteca, espaços reservados para estudo em grupos.

3.8. Laboratórios didáticos de formação básica. NSA para cursos que não utilizam laboratórios didáticos de formação básica, conforme PPC. NSA

Justificativa para conceito NSA: NSA.

3.9. Laboratórios didáticos de formação específica. NSA para cursos que não utilizam laboratórios didáticos de formação específica, conforme PPC. 5

Justificativa para conceito 5: Os laboratórios didáticos utilizados pelo curso de Tecnologia em Sistemas para Internet são organizados, quanto a horários, para atender às necessidades do curso, seguindo o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e as normas de funcionamento, uso e segurança estabelecidas. Oferecem conforto, manutenção periódica, suporte técnico, e contam com recursos de tecnologias da informação e comunicação apropriados para as atividades acadêmicas. Além disso, dispõem de insumos, materiais e equipamentos em quantidade compatível com os espaços físicos e o número de vagas autorizadas. A realização de avaliações periódicas considera as demandas, os serviços prestados e a qualidade dos laboratórios, e os resultados orientam a gestão acadêmica na melhoria da qualidade do atendimento, atendendo à demanda atual e futura e ao ensino ministrado. Porém, é importante destacar que em reuniões com professores e alunos, houveram indicações que o curso e a instituição ganhariam com mais laboratórios e e mais equipamentos, sobretudo computadores novos.

3.10. Laboratórios de ensino para a área de saúde. Obrigatório para os cursos da área de saúde, desde que contemplado no PPC e DCN. NSA para os demais cursos. NSA

Justificativa para conceito NSA: NSA.

3.11. Laboratórios de habilidades. Obrigatório para os cursos da área de saúde, desde que contemplado no PPC. NSA para os demais cursos. NSA

Justificativa para conceito NSA: NSA.

3.12. Unidades hospitalares e complexo assistencial conveniados. Obrigatório para os cursos da área de saúde, desde que contemplado no PPC. NSA para os demais cursos. NSA

Justificativa para conceito NSA: NSA.

3.13. Biotérios. Obrigatório para os cursos da área de saúde, desde que contemplado no PPC. NSA para os demais cursos. NSA

Justificativa para conceito NSA: NSA.

3.14. Processo de controle de produção ou distribuição de material didático (logística). NSA para cursos que não contemplam material didático no PPC. NSA

Justificativa para conceito NSA: NSA.

3.15. Núcleo de práticas jurídicas: atividades básicas e arbitragem, negociação, conciliação, mediação e atividades jurídicas reais. Obrigatório para Cursos de Direito, desde que contemplado no PPC. NSA para os demais cursos. NSA

Justificativa para conceito NSA: NSA.

3.16. Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). Obrigatório para todos os cursos que contemplem, no PPC, a realização de pesquisa envolvendo seres humanos. NSA

Justificativa para conceito NSA: NSA.

3.17. Comitê de Ética na Utilização de Animais (CEUA). Obrigatório para todos os cursos que contemplem no PPC a utilização de animais em suas pesquisas. NSA

Justificativa para conceito NSA: NSA.

Dimensão 4: Considerações finais.

4.1. Informar o nome dos membros da comissão de avaliadores.

Marcos Ricardo Müller (Ponto Focal) e Kleber Rocha de Oliveira.

4.2. Informar o número do processo e da avaliação.

Avaliação 187172 e Processo 202301052.

4.3. Informar o nome da IES e o endereço (fazer o devido relato em caso de divergência).

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - IFPB, Rua Rodovia 057, Km 002, Cep: 58200000 - Guarabira/PB.

4.4. Informar o ato autorizativo.

Reconhecimento de Curso.

4.5. Informar o nome do curso, o grau, a modalidade e o número de vagas atuais.

Sistemas Para Internet, Tecnológico, Presencial e 40.

4.6. Explicitar os documentos usados como base para a avaliação (PDI e sua vigência; PPC; relatórios de autoavaliação - informar se integral ou parcial; demais relatórios da IES).

A comissão procedeu com o processo de avaliação, frente a análise documental, considerando especialmente: PDI (Vigência 2020-2024), PPC, atas do NDE e Colegiado, documentos fiscais e institucionais, bem como regulamentos, planos de ações, além de documentação dos docente, biblioteca e demais dados disponibilizados no sistema e-MEC e por armazenamento na nuvens disponibilizado pela IES antecipadamente.

4.7. Redigir uma breve análise qualitativa sobre cada dimensão.

1. Organização Didático-Pedagógica

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) implementou políticas de ensino no período de 2015-2019 que se baseiam na busca pela qualidade, melhoria das condições do ensino-aprendizagem e garantia do ensino público e gratuito, tudo dentro de um modelo de gestão democrática. Estas políticas são guiadas pelo Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e estão alinhadas com as necessidades da comunidade acadêmica e da sociedade. O curso de Sistemas para Internet tem objetivos claros que se alinham com as habilidades que se espera que os graduados adquiram, incluindo o desenvolvimento de programas, segurança de sistemas e muito mais. Os objetivos refletem as demandas do mercado de trabalho, bem como as características regionais e a importância de compreender o impacto social e econômico da tecnologia. A estrutura curricular do curso é projetada para atender a esses objetivos e é periodicamente revisada para se manter atualizada. O IFPB adota uma metodologia de ensino que está de acordo com as diretrizes legais e promove a participação ativa dos alunos na relação entre teoria e prática. O curso oferece a opção de estágio supervisionado, que pode ser realizado em empresas ou em projetos de pesquisa e extensão da própria instituição. Além disso, as atividades complementares enriquecem a formação acadêmica e promovem o desenvolvimento pessoal e profissional dos alunos. A instituição oferece apoio aos estudantes desde o momento em que ingressam, incluindo ações de acolhimento e assistência estudantil, que abrangem desde moradia até apoio pedagógico e psicopedagógico. O curso também promove a mobilidade acadêmica e a monitoria, além de contar com representantes estudantis para intermediar questões entre os alunos e a coordenação. A avaliação dos estudantes é feita de forma contínua e sistemática, e os resultados dessas avaliações são utilizados para aprimorar o processo de ensino e aprendizagem. O curso utiliza uma variedade de tecnologias para apoiar o ensino, incluindo sites, vídeo aulas, material didático digital, e-books, redes sociais e sistemas de gerenciamento acadêmico. O IFPB também prioriza a avaliação interna e externa, incluindo os resultados do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), para melhorar continuamente a qualidade do curso. As ações de apoio e as medidas de assistência estudantil garantem que os alunos tenham as condições necessárias para ter sucesso em seus estudos.

2. Corpo Docente e Tutorial

De acordo com a Portaria 144/2023 do IFPB, o Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso Superior de Tecnologia em Sistemas para Internet é composto por sete membros, todos professores em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, com titulação *stricto sensu*. O coordenador do curso faz parte e preside o NDE, desempenhando um papel fundamental no acompanhamento e atualização do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais e as necessidades do mercado de trabalho. A Coordenação do Curso, designada pela Direção Geral do Campus, também preside o NDE e possui representatividade em órgãos superiores. Ela dispõe de recursos de Tecnologia da Informação, um plano de ação acessível à comunidade, indicadores de desempenho públicos, e tem contribuído para melhorar a gestão do curso. Mesmo que o atual coordenador tenha assumido recentemente, os acadêmicos relatam melhorias sob sua liderança. O corpo docente do curso é composto por 20 professores, a maioria com doutorado ou mestrado, todos os efetivos atuando em regime integral. Eles desempenham um papel ativo na revisão do currículo, desenvolvendo metodologias e promovendo a pesquisa e extensão. Além disso, incorporam exemplos práticos e promovem a integração de teoria e prática em suas aulas. Os docentes demonstram experiência no mundo do trabalho, realizam palestras e incentivam a participação dos alunos em projetos interdisciplinares e de pesquisa. Eles também se adaptam às necessidades dos alunos, aplicando avaliações diagnósticas e formativas e utilizando os resultados para melhorar seu ensino. No que diz respeito à liderança do corpo docente e sua produção acadêmica, não foi evidenciado que exerçam uma liderança destacada ou sejam reconhecidos por sua produção. A instituição estabeleceu um colegiado para o curso, que realiza reuniões periódicas para aprovar planos e outras deliberações. No entanto, não ficou evidenciado que o colegiado realiza avaliações regulares de seu desempenho e práticas de gestão. 70% dos docentes do curso têm pelo menos uma produção nos últimos 3 anos, e 40% deles têm pelo menos 4 produções nesse mesmo período.

3. Infraestrutura

A instituição oferece espaços de trabalho adequados para os docentes, incluindo professores em regime integral. As salas de professores são bem equipadas com estações de trabalho, computadores, acesso à internet e armários individuais para armazenamento. Além disso, essas salas possuem comodidades como TV, refrigerador, micro-ondas e áreas para reuniões, permitindo tanto trabalho individual como encontros com os alunos. Professores com laboratórios de pesquisa têm espaços de trabalho nesses locais, enquanto os professores em cargos de gestão usam espaços específicos. A organização das salas visa atender a requisitos de dimensões, mobiliário, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança e infraestrutura de informática, garantindo a privacidade e atendendo às necessidades institucionais. Além disso, a coordenação do curso de Tecnologia em Sistemas para Internet dispõe de um espaço de trabalho adequado que permite a realização de ações acadêmico-administrativas e atendimento a docentes, discentes e ao público externo. No entanto, não foi evidenciado que a coordenação possui infraestrutura tecnológica diferenciada para formas distintas de trabalho. Os professores, incluindo os de Tecnologia em Sistemas para Internet, têm à disposição uma sala coletiva que oferece infraestrutura com computadores, acesso à internet, armários, área de leitura, televisão, geladeira e impressora. O ambiente é amplo, climatizado e propício para reuniões e trabalho em equipe, além das atividades em sala de aula. Entretanto, não foi evidenciado que a sala conta com apoio técnico-administrativo próprio. O campus possui salas de aula que atendem às necessidades institucionais e do curso, oferecendo manutenção periódica, conforto e recursos de tecnologia da informação e comunicação adequados. Essas salas proporcionam flexibilidade nas configurações espaciais para diferentes situações de ensino e aprendizado. No entanto, não foram evidenciados outros recursos específicos comprovadamente bem-sucedidos. Os estudantes têm acesso a cinco laboratórios de informática que atendem às necessidades institucionais e do curso, proporcionando disponibilidade de equipamentos, conforto e acesso rápido à internet. Esses laboratórios contam com equipamentos atualizados e passam por manutenção preventiva regular. A manutenção corretiva também está disponível mediante solicitação. No entanto, houve indicações de que o curso se beneficiaria com mais laboratórios e equipamentos. A biblioteca do curso oferece um acervo físico e virtual adequado, atendendo aos conteúdos programáticos das unidades curriculares, com materiais em braile, Libras, cordéis e obras de referência. Além disso, a biblioteca proporciona acesso a computadores com

internet e bases de dados, incluindo o Portal de Periódicos da CAPES. O espaço da biblioteca também oferece áreas de estudo, individuais e em grupo, embora não tenha sido evidenciada a presença de espaços reservados para estudo em grupo.

Considerações finais da comissão de avaliadores e conceito final :

CONSIDERAÇÕES FINAIS DA COMISSÃO DE AVALIADORES

Esta comissão de avaliação constituída pelos professores Marcos Ricardo Müller (Ponto Focal) e Kleber Rocha de Oliveira, realizou a avaliação para fins de Reconhecimento de Curso Superior de Tecnologia em Sistemas Para Internet, modalidade Presencial, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - IFPB de Guarabira/PB, conforme Processo n.202301052 e Avaliação n. 187172. Todos os documentos necessários para a realização do trabalho formativo estavam disponíveis no ambiente virtual (nuvens), disponibilizado pela IES no dia avaliação, bem como todos os documentos complementares e requeridos durante o desenvolvimento do trabalho. Durante todo tempo, o coordenador e gestor estiveram disponíveis para esclarecer eventuais dúvidas, tanto nas reuniões quanto fora destas, quando solicitados. Diante da visita in loco virtual ocorrida no período de 23/10/2023 a 25/10/2023, e tendo realizado todas as leituras e análises documentais, reuniões planejadas para a conclusão do trabalho, e considerando ainda os referenciais de qualidade dispostos nas legislações vigentes, nas Diretrizes Curriculares da CONAES e neste instrumento de avaliação, este Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, na modalidade Presencial, configura como muito bem ao que expressa o referencial de qualidade, do ponto de vista destes avaliadores.

CONCEITO FINAL CONTÍNUO

4,36

CONCEITO FINAL FAIXA

4